Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Defender as mulheres é enfrentar uma realidade que mata

É inadmissível que, em Mato Grosso, um dos Estados onde mais se matam mulheres no Brasil, ainda existam políticos dispostos a relativizar justamente as leis criadas para protegê-las.

Mais grave ainda é ouvir, em pleno 2026, argumentos eleitoreiros que tentam transformar uma realidade brutal e comprovada em uma falsa disputa entre homens e mulheres.

Não se trata disso.

Quando a lei reconhece o feminicídio, ela não diz que a vida de uma mulher vale mais do que a de um homem. Ela reconhece que existem mulheres assassinadas porque são mulheres, dentro de relações marcadas por violência doméstica, sentimento de posse, menosprezo e discriminação.

Negar essa especificidade não torna a lei mais igualitária. Torna invisível a realidade.

As declarações recentes do candidato ao Senado Antônio Galvan, ao questionar a diferenciação do feminicídio e classificar como “infeliz” uma legislação que endureceu a punição desses criminosos, precisam ser enfrentadas com firmeza. Especialmente quando vêm de alguém que pretende representar Mato Grosso no Senado Federal.

Não estamos discutindo uma hipótese distante. Estamos falando de mulheres que estão morrendo aqui, no nosso Estado.

Somente entre janeiro e agosto deste ano, 31 mulheres foram vítimas de feminicídio em Mato Grosso, segundo dados divulgados pelo Observatório Caliandra. Em 2025, foram 54 vítimas. O Estado terminou aquele ano com uma das maiores taxas proporcionais de feminicídio do país.

Por trás de cada número existe uma mulher. Existe uma mãe, uma filha, uma irmã, uma amiga. Existem filhos que ficaram sem suas mães e famílias destruídas para sempre.

Diante dessa realidade, como parlamentar, como mulher e como coronel da Polícia Militar, não posso aceitar discursos que diminuam a importância das ferramentas legais construídas para interromper esse ciclo.

Minha trajetória sempre foi marcada pela defesa das mulheres. Conheço de perto a violência que muitas enfrentam dentro de casa, justamente no lugar onde deveriam estar protegidas. Sei que, antes de muitos feminicídios, existem ameaças, agressões, perseguições, humilhações e sucessivas escaladas de violência.

É por isso que, no Congresso Nacional, tenho defendido o fortalecimento da legislação de proteção às mulheres, penas rigorosas para agressores, instrumentos mais eficientes de proteção às vítimas e políticas capazes de impedir que uma ameaça se transforme em uma sentença de morte.

A Lei Maria da Penha, as medidas protetivas, a tipificação e o endurecimento das penas para o feminicídio não surgiram para criminalizar os homens. Surgiram porque milhares de brasileiras foram agredidas e assassinadas durante décadas enquanto o Estado não possuía mecanismos suficientes para responder à violência praticada contra elas.

Também é evidente que qualquer pessoa que pratique um crime deve responder por ele, seja homem ou mulher. Defender as mulheres jamais significou defender impunidade para quem quer que seja. Usar a existência de crimes cometidos por mulheres, porém, para questionar políticas específicas de enfrentamento ao feminicídio é desviar o debate do problema que temos diante dos olhos.

Também não podemos aceitar que dificuldades financeiras ou a chamada “desestruturação familiar” sejam utilizadas para explicar de maneira simplista a violência contra a mulher. Problemas econômicos podem gerar conflitos e tensões, mas jamais podem servir para relativizar a responsabilidade de quem agride ou mata.

Nada justifica uma mulher ser espancada. Nada justifica perseguição, ameaça ou violência psicológica. Nada justifica feminicídio.

Mato Grosso precisa caminhar na direção contrária à banalização. Precisamos ampliar a prevenção, fortalecer a rede de proteção, garantir respostas rápidas às denúncias, fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas e punir com rigor aqueles que transformam violência em instrumento de controle sobre a vida das mulheres.

E precisamos, principalmente, compreender que quem ocupa ou pretende ocupar um cargo público tem responsabilidade sobre aquilo que defende.

Enquanto houver mulheres com medo dentro de suas próprias casas, enquanto houver mães enterrando filhas vítimas de violência e enquanto Mato Grosso permanecer entre os Estados com índices alarmantes de feminicídio, não podemos retroceder um centímetro na proteção às mulheres.

Não aceitaremos que direitos conquistados com tanta luta sejam tratados como exagero. Não aceitaremos que o feminicídio seja reduzido a “apenas mais um homicídio”. E não aceitaremos que a realidade das mulheres mato-grossenses seja relativizada por conveniência política.

A vida das mulheres não pode esperar que a sociedade termine esse debate.

Proteger mulheres não é criar privilégios. É reconhecer uma violência específica, enfrentá-la com a força da lei e impedir que mais uma mulher se transforme em estatística.

Coronel Fernanda é deputada federal por Mato Grosso